

ASSEMBLEIA PLENÁRIA
29 DE NOVEMBRO DE 2022

ATA

No dia vinte-e-nove de novembro de dois mil e vinte e dois, pelas dezoito horas e trinta minutos, em segunda convocatória, na sua sede, sita na Travessa da Memória, n.º 36, em Lisboa, reuniu, em sessão ordinária, de forma presencial, a Assembleia Plenária (AP) do Comité Olímpico de Portugal (COP), nos termos do n.º 1, do artigo 18.º, dos seus Estatutos. -----

A sessão reuniu para deliberar sobre os seguintes pontos da ordem de trabalhos (OT): -----

1. Apresentação, discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2023 (PAO_2023);
2. Apresentação, discussão e votação do Relatório da Missão aos Jogos Olímpicos de Inverno de Pequim 2022 (Proposta nº 16/CE/2022); -----
3. Apreciação e aprovação do novo Regulamento dos Prémios Ciências do Desporto (Proposta de Novo Regulamento – PCD); -----
4. Apreciação e aprovação da proposta de atualização do regulamento de Prémios e Galardões do COP (Proposta de atualização do RPG do COP) -----
5. Apreciação e aprovação das propostas de atribuição da qualidade de membro honorário do COP às Câmaras Municipais de Anadia, Braga, Leiria, Montemor-o-Velho, Rio Maior, Setúbal, Vila Nova de Gaia, e Vila Real de Santo António (Propostas nºs 11/CE/2022, 31/CE/2022 e 36/CE/2022); -----
6. Apreciação e aprovação das propostas de atribuição da qualidade de membro honorário do COP ao Professor António Lopes Aleixo e ao Dr. Jorge Pessanha Viegas (Propostas nºs 12/CE/2022 e 13/CE/2022);
7. Informações. -----

Por efeito do disposto nos artigos 14.º, n.º 2, e 20.º dos Estatutos do COP, a AP foi presidida pelo Presidente do COP e da Comissão Executiva, José Manuel Constantino. Integraram também a Mesa da AP o Vice-Presidente, Artur Lopes, O Tesoureiro, Joaquim Lopes, e o Diretor-Geral do COP, João Paulo Almeida. -----

Entrando no **Primeiro Ponto da OT**, o Presidente deu a palavra ao Diretor-geral do COP, João Paulo Almeida (JPA), o qual fez uma apresentação sucinta do Plano de Atividades, começando por enfatizar a nova estrutura deste documento, alinhado com as áreas orgânicas da instituição, no propósito de facilitar a leitura e o escrutínio dos membros em relação aos compromissos e respetiva execução.

JPA destacou o enquadramento do Programa de Preparação Olímpica (PPO) Paris 2024 e Los Angeles 2028, nos termos e condições recentemente contratualizados com a tutela governativa do desporto, bem como as cinco missões desportivas previstas para 2023.

No que respeita às demais linhas prioritárias de intervenção notou a capacitação de dirigentes desportivos, a área de igualdade de género no desporto e o alargamento do Programa de Integridade do COP para o domínio da prevenção do abuso e do assédio, aprofundando a intervenção do Programa de Educação Olímpica, Arquivo Histórico e programa de refugiados, bem como a diversificação de parceiros nas diversas áreas do Programa de Marketing no propósito de diversificar as fontes de receita da instituição.

A Casa do Olimpismo e o Programa de Sustentabilidade representam as duas principais novas áreas de planeamento, resultantes de compromissos estratégicos da Comissão Executiva e, no caso da sustentabilidade, de recomendações do Comité Olímpico Internacional.

Foi, posteriormente, dada a palavra ao Tesoureiro, Joaquim Lopes, para sintetizar os aspetos orçamentais mais relevantes, orientados pelo princípio de estabilidade financeira da instituição, sublinhando que a execução dos compromissos cabimentados estão condicionados ao financiamento das rúbricas orçamentais pelas entidades financiadoras, em particular o IPDJ, COI e Parceiros Olímpicos.

Mantem-se disciplina do exercício anterior quanto à estrutura de gastos, em especial o custo com a estrutura de funcionário e fornecimentos e serviços externos, bem como as bolsas académicas financiadas pelos Jogos Santa Casa e as bolsas a refugiados suportadas pela Solidariedade Olímpica.

Em comparação com o período homólogo anterior há um decréscimo em relação aos rendimentos, devidamente acompanhado pelos custos, concluindo que em função do exposto, se afiguram garantidas as condições de estabilidade para o exercício.

O Presidente encerrou a exposição com uma nota onde salientou que 6 dos 9 milhões de euros de receita são apenas transacionados pelo COP para atletas e federações desportivas para execução das obrigações do PPO, sendo o financiamento público ao financiamento do COP menor que aquele que tem origem em patrocinadores e no COI, pelo que não se trata de receita da organização, mormente no que concerne à avaliação da dependência financeira para efeitos de contratação pública.

Colocado a votação, foi o Plano de Atividades e Orçamento para 2023 aprovado pela unanimidade dos membros presentes

Passando ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, o Chefe de Missão aos Jogos Olímpicos de Inverno Pequim 2022, Pedro Farromba, aludiu aos condicionalismos destes Jogos impostos pelas restrições da pandemia, e salientou que a presença de dois atletas em esqui alpino e um atleta em esqui de fundo, foi condicionada por temperaturas muito baixas, na ordem dos -27.º C, que não obstaram ao que considerou a melhor participação portuguesa de sempre em JO de Inverno. Não havendo quaisquer esclarecimentos foi o relatório aprovado por unanimidade.

O ponto 3 da ordem de trabalhos, apresentado pela Diretora do Departamento de Estudos e Projetos, Cristina Almeida, versou sobre o propósito de aproximar as Ciências do Desporto da realidade prática de produção de conhecimento relevante para a intervenção no terreno, fomentando a produção de trabalhos a concurso, através de uma revisão do Regulamento dos Prémios Ciências do Desporto em quatro áreas: O vínculo institucional dos investigadores; os critérios de elegibilidade dos trabalhos; a composição do júri e a gestão de direitos autorais e conexos. Posta a votação, foi a proposta aprovada por unanimidade.

Passando à proposta de alteração do Regulamento de Prémios e Galardões do COP, apresentado por Diogo Nabais, diretor do Departamento Jurídico e de Qualificação, este sublinhou a alteração na designação dos prémios, a criação do Prémio Prestígio e ao Prémio de Educação Olímpica, bem como a possibilidade de distinguir equipas através do Prémio de Excelência, alterando o escopo do Prémio de Investigação Científica para distinguir apenas carreiras de excelência e de extraordinário valor na investigação científica nos diversos domínios das ciências do desporto, com a introdução de uma redação que permite a possibilidade da Comissão Executiva submeter propostas para distinções onde não tenha havido qualquer proposta dos membros do COP nos prazos estabelecidos em regulamento. Não sendo suscitados esclarecimentos foi o ponto 4 da OT aprovado por unanimidade.

Posteriormente deu-se entrada na apresentação das propostas de membros honorários do COP às Câmaras Municipais de Anadia, Braga, Leiria, Montemor-o-Velho, Maia, Rio Maior, Setúbal, Vila Nova de Gaia, e Vila Real de Santo António, apresentadas pela seguinte ordem:

- Câmara Municipal da Anadia – Delmino Pereira (Presidente da Federação Portuguesa de Ciclismo)
- Câmara Municipal de Rio Maior – João Paulo Almeida (Diretor-geral do COP)
- Câmara Municipal de Leiria, Setúbal, Maia, Braga e Vila Real de Santo António – Jorge Vieira (Presidente da Federação Portuguesa de Atletismo)
- Câmara Municipal de Montemor-o-Velho - Vítor Félix (Presidente da Federação Portuguesa de Canoagem)
- Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia – Carlos Ribeirinha (Diretor da Federação Portuguesa de Ténis de Mesa)

Os intervenientes recensearam o histórico das principais medidas levadas a cabo por estas autarquias, de elevado valor e importância estratégica para o desenvolvimento das suas modalidades. Não tendo sido suscitados quaisquer esclarecimentos adicionais, foi, após a respetiva apresentação, aprovada por unanimidade a admissão de cada um dos novos membros honorários do COP.

O Presidente do COP tomou a palavra, na apresentação do último ponto da OT, para a exposição de motivos relevantes à admissão do Prof. Eng.º António Lopes Aleixo e do Dr. Jorge Pessanha Viegas da qualidade de membros honorários do COP, elencando o vasto currículo, os relevantes serviços prestados ao desporto português e o sentido de responsabilidade e verticalidade de carácter de ambos que justificam as propostas.

Submetida a votação, foi a proposta de atribuição da qualidade de Membro Honorário do COP ao Prof. Eng.º António Lopes Aleixo aprovada por unanimidade.

De seguida, completando a apresentação pelo estatuto internacional conquistado pelo Dr. Jorge Pessanha Viegas, numa modalidade não olímpica à qual dedicou quase toda a sua vida, o Presidente submeteu à votação da Assembleia Plenária a sua admissão como Membro Honorário do COP, a qual foi aprovada por unanimidade.

Não havendo mais informações a prestar e nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença e participação e deu a palavra ao Vice-presidente do COP, Dr. Artur Lopes, que sublinhou o esforço do Presidente na presença na recente Celebração Olímpica, distinguiu a qualidade do trabalho desenvolvido pela equipa do COP nesse evento, e, de seguida, deu por encerrada a Assembleia às dezanove horas e quarenta e cinco minutos, da qual é exarada a presente ata que, depois de aprovada, é assinada.

O Presidente,

O Vice-presidente,

(José Manuel Constantino)

(Artur Lopes)